

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0512284-67.2020.8.05.0001 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: Advogado (s): , APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): ACORDÃO APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E PORTE DE ARMA DE USO RESTRITO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. NÃO ACOLHIMENTO. COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA DELITIVA. PROVA PERICIAL E CREDIBILIDADE DA INCRIMINAÇÃO DOS POLICIAIS. PLEITO DE REDUÇÃO DA REPRIMENDA POR APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA DE TRÁFICO PRIVILEGIADO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. A materialidade do crime resta evidenciada nos autos por meio do auto de exibição e apreensão, ao Id 33038652, pág. 304, do Laudo de Exame Pericial da droga apreendida, Id 33038652, pág. 308, e do Laudo de Exame Pericial das armas de fogo e do veículo alvejado, ao Id 33038863, págs. 217/220 e 221/233. Verifica-se que os depoimentos das testemunhas arroladas pelo Ministério Público afiguram-se coerentes com os demais elementos probatórios colacionados aos autos, apontando que o ora apelante praticou os delitos previstos no art. 33, da nº Lei 11.343/2006 e 14 da Lei nº 10.826/03, sendo inviável o pleito de absolvição do ilícito. Não se faz possível a aplicação do tráfico privilegiado, eis que o acusado demonstra dedicação à atividade criminosa, haja vista que o réu foi preso com outros indivíduos, fortemente armados, entrando o mesmo, inclusive, em confronto com Policiais em uma área dominada pelas facções denominadas "Katiara e BDM", responsáveis por inúmeros homicídios no Bairro de Valéria e seu entorno, permitindo-se concluir que o réu é envolvido na prática de atividade criminosa, pois, apesar de não se ter outros registros criminais, demonstrou não ser um principiante na marginalidade, além disso possui anotação de ato infracional, que também pode evidenciar envolvimento em condutas ilícitas, razões pelas quais o mesmo não preenche os pressupostos do § 4º, do art. 33, da Lei nº 11.343/06. Recurso improvido. A C Ó R D ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0512284-67.2020.8.05.0001, em que figura como apelante e como apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, pelas razões adiante alinhadas. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e não provido Por Unanimidade Salvador, 16 de Dezembro de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0512284-67.2020.8.05.0001 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: Advogado (s): , APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por contra a sentença prolatada pela 3ª Vara de Tóxicos da Comarca de Salvador-Ba que julgou procedente a pretensão acusatória, para condená-lo pela prática dos crimes previstos no art. 33 da Lei nº 11.343/06 e art. 14 da Lei nº 10.826/03. Consta da exordial acusatória que 28 de novembro de 2020, por volta das 21h00min, na Rua Altônia, BR 324, Valéria, nesta Capital, , ora Denunciado, mantinha a posse de drogas com a finalidade de comercialização em desacordo e sem autorização legal, bem como portava munições de armas de fogo com calibre de uso restrito sem a devida autorização legal para tanto. Feita a revista, foi encontrado no automóvel em que se encontrava o denunciado e mais outros comparsas que morreram no confronto com os policiais, 56 (cinquenta e seis) trouxas de maconha;

sacos com embalagens plásticas para acondicionar drogas; 32 (trinta e duas) munições de fuzil calibre .556; 02 (dois) aparelhos celulares; 01 (um) rádio comunicador; 01 (um) colete balístico; 01 (uma) balaclava; 01 (uma) jaqueta do exército; e o valor em espécie de R\$ 20,85 (vinte reais e oitenta e cinco centavos), além de terem sido apreendidos com os demais indivíduos que resistiram à abordagem e vieram a óbito, na troca de tiros: 01 (uma) espingarda calibre .12, n.º 606922912, municada com quatro cartuchos; 01 (um) revólver calibre .38, marca Rossi, numeração suprimida, municada com cinco cartuchos, sendo três deflagradas e duas intactas; 01 (um) revólver da marca Taurus, calibre .38, numeração 231587, municada com quatro cartuchos deflagrados e dois intactos; 01 (uma) pistola PT840, calibre .40, danificada durante o confronto com carregador preso; 01 (uma) pistola PT 840P, n.º SIW04929 com carregador alongado, municado com dois cartuchos intactos, além de oitenta e três cartuchos de calibre .9mm e .40, que foram encontrados nos bolsos das gndolas que os resistentes trajavam, conforme Auto de Exibição e Apreensão (fl. 09/10) Ultimada a instrução criminal e apresentadas as respectivas alegações finais das partes, sobreveio sentença condenatória (Id 168219335) para condenar o acusado à pena de 07 (sete) anos de reclusão, em regime semiaberto, além do pagamento de 510 (quinhentos e dez) dias-multa, pela prática dos crimes previstos no art. 33 da Lei nº 11.343/06 e art. 14 da Lei nº 10.826/03. Inconformado com a sentença, o acusado apresentou recurso de Apelação pleiteando a absolvição por insuficiência probatória e, subsidiariamente, requer o reconhecimento do tráfico privilegiado, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Em contrarrazões o Ministério Público pugnou pelo não provimento da apelação interposta, mantendo-se na íntegra a sentença impugnada. A d. Procuradoria de Justiça, no Id 35299642, pronunciou-se pelo conhecimento da presente apelação e, no mérito, pelo seu total improvimento. Após o devido exame dos autos, lancei este relatório, que submeto à apreciação do eminente Desembargador Revisor. Salvador, 02 de dezembro de 2022. DES. RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0512284-67.2020.8.05.0001 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma APELANTE: Advogado (s): , APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): VOTO Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade. DO PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. A materialidade do crime resta evidenciada nos autos por meio do auto de exibição e apreensão, ao Id 33038652, pág. 304, do Laudo de Exame Pericial da droga apreendida, Id 33038652, pág. 308, e do Laudo de Exame Pericial das armas de fogo e do veículo alvejado, ao Id 33038863, págs. 217/220 e 221/233. Quanto à autoria do crime, vejamos a seguir os depoimentos prestados pelos militares em audiência de instrução e julgamento: “(...) Que se recorda da abordagem e reconhece o acusado. Que estavam em uma operação nas imediações do bairro Valéria quando depararam com um veículo, o qual tentou tentou evadir-se do local, porém ao não conseguir êxito, os indivíduos proferiram injustos disparos. Houve revide, os suspeitos foram encaminhados para o Hospital de Simões Filho, Bahia e somente sobreviveu. Que o acusado portava drogas, armas e munições. Que todos estavam com arma, atiraram e estavam no banco de trás, exceto. o motorista. (TEN/PM . Id 33038955.)” “(...) Que se recorda da abordagem e reconhece o acusado. Que estavam indo para localidade conhecida como Santo Antônio Rio das Pedras/BA a fim combater o intenso tráfico de drogas na região, quando chegaram no viaduto em frente a Ambev e se depararam com um veículo, o qual tentou

evadir-se do local, porém ao não conseguir êxito, os indivíduos proferiram injustos disparos. Houve revide, os suspeitos foram encaminhados para o Hospital. Que todos estavam com arma de fogo e havia drogas. Que o acusado não estava dirigindo, ele estava no banco do lado direito junto a porta. Que tirou o acusado do carro para prestar socorro e mais duas pessoas. Que quando cessaram os disparos se aproximaram do veículo. (SD/PM . Id 33038955. Grifos aditados)” Na hipótese, entendo que os depoimentos realizados pelos policiais que encontraram as substâncias ilícitas, servem perfeitamente como prova testemunhal dos crimes, sendo dotados de credibilidade e veracidade. Veja-se que, pela aplicação do princípio da igualdade, haverá, como qualquer outra testemunha, o compromisso de dizer a verdade conforme estipulado no artigo 203 do CPP e, se o policial fizer alguma afirmação falsa, calar ou ocultar a verdade, então o Juiz que estiver tomando o depoimento com força no artigo 211 do CPP determinará a instauração de inquérito para apurar o crime de falso testemunho. Com efeito, não é razoável admitir-se que o Estado possa credenciar pessoas para a função repressiva e, sem elementos cabais de prova, negar-lhes crédito quando de sua estrita atividade. Segundo a Jurisprudência, é válido o testemunho prestado por agente policial, não contraditado nem desqualificado, na medida em que provém de agente público no exercício de suas funções e não destoa do conjunto probatório. Corroborando tal entendimento, vem assim decidindo o Superior Tribunal de Justiça: “(...) Não há óbice a que os depoimentos dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante do réu sejam considerados na sentença como elemento de prova amparador da condenação, desde que colhidos sob o crivo do contraditório e em harmonia com os demais elementos de cognição, tal como na hipótese, em que a expressiva quantidade de droga apreendida – 24 (vinte e quatro) invólucros com crack – revela não ser o entorpecente destinado a consumo próprio. (...)” (STJ: HC 162131/ES, Rel. Ministro , SEXTA TURMA, DJe 21/06/2010, grifo nosso). Saliente-se que a prova do crime de tráfico de drogas não necessita ser direta, mas deve ser firmada quando os indícios e presunções, analisados sem preconceito, formam um todo harmônico e demonstram a distribuição comercial do entorpecente. Não é demais lembrar que, nos crimes de tráfico, não há que se esperar a concretização do ato de venda para que o crime se consume, porque estamos à frente de um delito de ação múltipla. A rigor, é desnecessária a visualização da mercancia pelos policiais, basta observar o tipo penal do art. 33 da Lei Federal nº 11.343/06, para verificar que o núcleo do tipo abarca muitas condutas, de modo que a só realização de uma das ações previstas no caput do aludido artigo já seria suficiente para comportar a condenação: “Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.” Verifica-se que os depoimentos das testemunhas arroladas pelo Ministério Público afiguram-se coerentes com os demais elementos probatórios colacionados aos autos, apontando que o ora apelante praticou os delitos previstos no art. 33, caput, da nº Lei 11.343/2006 sendo inviável o pleito de absolvição do ilícito. Assim, meridianamente claro pelo raciocínio lógico aqui desenvolvido, que a absolvição requerida na apelação do recorrente não merece amparo ante os elementos de prova trazidos aos autos. Houve, assim, material probandi apto à condenação do acusado, restando a autoria e a materialidade da prática do crime de tráfico de drogas, não podendo ser acolhido o pleito

de absolvição. DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4º DA LEI 11.343/06. A Lei 11.343/06 trouxe uma causa de diminuição de pena para o delito de tráfico de drogas e equiparados, prevista no § 4º do artigo 33. Os requisitos cumulativos previstos para diminuição de pena são: I) primariedade; II) bons antecedentes; III) não se dedicar às atividades criminosas; IV) não integrar organização criminosa. A sentença, no que toca o presente caso, assim declarou: "No caso em debate, vemos que o denunciado, apesar de não se ter nenhuma comprovação de que afaste a sua primariedade, foi preso em circunstâncias que nos permite afirmar que estava envolvido na prática de delitos, tendo em vista que foi preso quando juntamente com outros indivíduos, fortemente armados, inclusive o réu, entrou em confronto, com Policiais, em uma área dominada pelas facções denominadas "Katiara e BDM", responsáveis por inúmeros homicídios no Bairro de Valéria e seu entorno. Registre-se que o acusado se encontrava dentro de um veículo com mais quatro elementos, quando ao perceberem as viaturas, dispararam tiros contra os Prepostos do Estado, a fim de obstarem a abordagem policial, empreendendo fuga, havendo revide à injusta agressão, restando ferido o acusado que foi retirado do veículo em que se encontrava, juntamente com a arma que empunhava e socorrido. Toda essa conjuntura, permite concluir que o réu é envolvido na prática de atividade criminosa, pois apesar de não se ter outros registros criminais, demonstrou não ser um principiante na marginalidade, além disso possui anotação de ato infracional, que também pode evidenciar envolvimento em condutas ilícitas, razões pelas quais o mesmo não preenche os pressupostos do § 4º, do art. 33, da Lei nº 11.343/06. (...)" De acordo com os fundamentos da sentença, os dois últimos requisitos encontra-se ausentes. Portanto, não há o quer se reparar nesse aspecto. Por fim, o apelante não faz jus à substituição da pena prevista no artigo 44 do Código Penal, uma vez que aplicada pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos. Ante o exposto, JULGO IMPROVIDO o recurso interposto para manter a sentença em todos os seus termos. Salvador, de de 2022 DES. RELATOR